

EMPODERAMENTO

A voz das mulheres trans

Bancada feminina na Câmara dos Deputados é integrada por 91 deputadas, 14 a mais do que em 2018, quando foram eleitas 77. E, pela primeira vez, o Congresso tem representantes transexuais

Bruna Brandão/Divulgação

O protagonismo de mulheres trans na política ganhou destaque na eleição de 2022, com conquistas inéditas no cenário nacional. Mas elas ainda têm muito chão pela frente, um longo percurso para convencer seus iguais nas casas legislativas a emplacar projetos em prol de toda a comunidade LGBTIA+.

A bancada feminina na Câmara dos Deputados é composta por 91 mulheres a partir deste ano, 14 a mais do que em 2018, quando foram eleitas 77 mulheres. A representação delas, que era de 15%, subiu para 17,7%. E, pela primeira vez, o Congresso brasileiro ganhou representantes transexuais, com a vitória nas urnas das deputadas federais Erika Hilton (PSol-SP) e a professora, ativista e ambientalista Duda Salabert (PDT-MG), que figuraram entre os 50 parlamentares mais votados do Brasil. Não obstante, tanto Erika Hilton quanto Duda Salabert foram as primeiras vereadoras transexuais eleitas em seus municípios.

Além delas, as assembleias legislativas de Sergipe e do Rio de Janeiro elegeram pela primeira vez mulheres as trans Linda Brasil (PSol-SE) e Dani Balbi (PCdoB-RJ).

Primeira trans a se candidatar ao Senado em Minas em 2018, sendo a quarta mulher mais bem votada da história do estado e, em 2020, a vereadora mais votada da história de Belo Horizonte, com 37.500 votos, Duda Salabert, 41 anos, decidiu entrar na política, segundo ela, após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016, o que, para ela, foi “um show de horrores”. Mesmo bem-sucedida na esfera governamental e cotada para ir além, repete sempre: “Posso estar na política, mas sou professora”, frisando que é em sala de aula que se cria novas consciências o que, ao contrário das novas leis, é o que muda o mundo.



Para evitar que a população trans siga sendo excluída do mercado formal de trabalho é necessário que haja uma política econômica que não mais se alimente a partir das desigualdades"

Duda Salabert, professora, ativista e ambientalista

Missão no Congresso

Casada há 12 anos com a educadora Raíssa Novaes, com a qual tem uma filha biológica, Sol, de 3 anos, Salabert é uma das fundadoras da ONG Transvest, e lecionou por mais de duas décadas, sendo 13 anos no Colégio Bernoulli, um dos mais conceituados e tradicionais de Belo Horizonte, com a maior nota média no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), de onde foi demitida no início de 2021, segundo ela, “por causar desconforto na mente preconceituosa dos pais”. Não obstante, chegou a receber ameaça de morte por sua presença entre os alunos. “Dizia que me matariam dentro da escola”, lembra.

Duda atribui seu sucesso na vida pública às construções que ela e sua equipe vêm fazendo nos últimos anos em BH e em Minas nas áreas educacional e ambiental, contra a mineração predatória e também à condução da pauta de direitos humanos, sobretudo em espaços prisionais. E reconhece que sua missão no congresso será árdua. “É uma casa conservadora por natureza, se assemelha um pouco à Câmara de BH onde, ainda assim, consegui aprovar projetos importantes”, diz, frisando que o machismo que impera no Congresso é bem maior. “Lá, nunca houve aprovação de leis para a comunidade LGBT”, resume.

A saída, aponta, será desenvolver pautas junto ao Executivo, onde encontrará maior alinhamento político e ideológico. “Há que se entender que travestis e trans ainda lutam por questões básicas de humanidade. 90% delas ainda vivem da prostituição, devido ao modelo do mercado de trabalho. Ainda temos que lutar por respeito e identidade. Para se ter uma ideia, corre há dez anos no STF a lei que define o uso de banheiros públicos de acordo com o gênero com que a pessoa se identifica”, diz.

“Para evitar que a população trans siga sendo excluída do mercado formal de trabalho é necessário que haja uma política econômica que não mais se alimente a partir das

desigualdades. É impossível pensar em igualdade de gênero com a atual política econômica e o sistema capitalista vigente. A lógica desse sistema impossibilita a diferenciação de gênero e de raça. Enfim, caminhamos a conta-gotas, mas vamos lutar para avançar na construção de políticas públicas para reduzir as desigualdades.”

Entre as principais pautas a serem defendidas na Câmara, Salabert destaca a igualdade salarial e também política entre homens, mulheres e trans, e a modernização da licença maternidade. “O combate à desigualdade passa pela reformulação dos partidos, que ainda reproduzem toda a lógica de exclusão”, sentencia. (JR)